

política recebe crítica

Representação

JORNAL DE BRASÍLIA

O fato de um projeto em defesa de uma representação política ser encaminhado sem, antes, haver uma mobilização do brasiliense e sua indispensável participação, no entender do diretor do Círculo de Trabalhadores Cristãos, é explicado porque, «em nossa cidade, já se adquiriu o vício de decidir o que deve ser bom para o povo sem antes perguntar ao povo aquilo que realmente ele quer».

Da mesma forma, ele entende que a campanha pró-representação política para o DF, conduzida apenas por classes elitistas, é institucional e não representa as aspirações populares. «Talvez não seja isso o que o povo deseja. E, talvez ainda, o povo nem deseja uma representação política para Brasília». Para Osvaldo Gomes torna-se indispensável auscultar a população sobre o assunto, para que um projeto dessa natureza tenha o substrato necessário para sua aprovação do Congresso Nacional. Por isso, ele mostra-se favorável que haja um plebiscito, como já foi sugerido pelo deputado Albérico Cordeiro, como instrumento de mobilizar e ouvir a opinião pública.

O costume de não se ouvir o povo em Brasília, continua, e já resultou numa série de obras faraônicas alheias às prioridades da comunidade. Ilustrando sua afirmação, ele cita a construção de um moderno estádio de futebol em Taguatinga, enquanto que, ao lado as ruas das QNL não receberam nenhum tratamento urbanístico. Lembra ainda a construção do parque Rogério Pithon Farias, onde foram aplicados milhões de cruzeiros, quando, em sua opinião o Distrito Federal está carente de obras de infraestruturas que beneficiariam toda uma coletividade. Tais distorções, segundo Gomes, só poderão ser evitadas através da criação de uma representação política que servisse de porta-voz das aspirações do brasiliense. No entanto, finaliza enfatizando que é preciso, preliminarmente, definir o tipo de representação e levá-la a apreciação do povo.

No Congresso Nacional as duas emendas que cuidam do problema — de Itamar Franco criando a representação na Câmara, no Senado e uma Assembleia Legislativa; e de Albérico Cordeiro reinstituindo na Câmara a Comissão do Distrito Federal — prosseguem a tramitação nas comissões técnicas, com a expectativa de serem aprovadas ainda nesta sessão legislativa.

«Um projeto a favor da criação de uma representação política para Brasília, elaborado sem o conhecimento do povo, não possui o substrato indispensável para receber a aprovação no Congresso Nacional». Essa é a opinião de Osvaldo Gomes, membro do Partido Republicano Brasileiro e do Círculo de Trabalhadores Cristãos, ao se referir ao projeto do senador Itamar Franco (MDB-MG), que reivindica a formação de uma assembleia legislativa para o Distrito Federal.

«O Partido Republicano Brasileiro e o Círculo dos Trabalhadores Cristãos são favoráveis a projetos que objetivem uma representação a nível de Congresso, com senadores e deputados e uma assembleia a nível de câmara de vereadores que seriam eleitos, indistintamente, para Plano Piloto e cidades-satélites», afirma Osvaldo Gomes. Ele qualificou como «esdrúxula» a situação de Brasília, como coração e pulmão político do país, centro das grandes decisões administrativas, não participar do seu processo político, ficando, assim, «equiparada politicamente ao longínquo e pequeno território de Fernando de Noronha». Gomes enfatiza que democracia pressupõe participação ativa no processo político é privar a capital de poder exercer essa participação é também subestimar a inteligência de seu povo e agravar os problemas da cidade em termos de suas prioridades.

MELHOR DO QUE NADA

Embora Osvaldo Gomes defende uma representação política para o DF, em todos os níveis, ele respondeu que a aprovação do projeto de Itamar Franco, propondo a criação de uma assembleia legislativa, deveria ser bem recebida por todos os brasilienses. Em sua opinião, uma representação apenas a nível de deputados já seria «melhor do que nada». Explica que essa já seria uma forma do povo adquirir um poder de decisão e, democraticamente, também participar do processo de desenvolvimento da cidade.

Gomes considera inconcebível que o DF, já com mais de um milhão de habitantes e com um orçamento superior a muitas unidades da Federação, fique marginalizado politicamente e sem ninguém para, pelo menos, fiscalizar os atos administrativos de seu governador.

VÍCIO